Consulta Prévia

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE AUDITORIA DE SEGURANÇA (PENTEST) PARA A ÁGUAS DO NORTE, S.A.

PRC_0054/2022_STI

CADERNO DE ENCARGOS

ANA CRISTINA PIMENTA NEVES PEREIRA

Assinado de forma digital por ANA CRISTINA PIMENTA NEVES PEREIRA
Dados: 2022.04.06 15:54:36 +01'00'

CLÁUSULAS GERAIS

Capítulo I - Disposições gerais

Cláusula 1.ª

(Objeto)

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a "**Aquisição de serviços de auditoria de segurança (Pentest) para a Águas do Norte, S.A.**".

Cláusula 2.ª

(Contrato)

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
   a) Os suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelo concorrente, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
   b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
   c) O presente caderno de encargos;
   d) A proposta adjudicada;
   e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.
5. O estabelecimento, na proposta, de termos ou condições não admitidas por este caderno de encargos e que não tenham sido detetados em fase pré-contratual consideram-se, para efeitos de execução do contrato, como não escritos e de nenhum efeito.

Cláusula 3.ª

(Preço base)

1. O preço base do procedimento é, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 47.º do *Código dos Contratos Públicos*, de **72.000,00 EUR (setenta e dois mil euros),** não incluindo o Imposto Sobre o Valor Acrescentado.
2. Não obstante o referido no ponto anterior, são também definidos preços base unitários, de acordo com o determinado no Anexo III do Convite – LPU.

Cláusula 4.ª

(Prazo)

1. O contrato mantém-se em vigor pelo prazo necessário a assegurar a prestação de serviços que constitui objeto do contrato, de forma continuada, pelo período correspondente a **3 (três) anos**, a contar da data da sua outorga, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

Capítulo II - Obrigações contratuais

Secção I - Obrigações do adjudicatário

Subsecção I – Disposições gerais

Cláusula 5.ª

(Obrigações principais do adjudicatário)

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o adjudicatário, como obrigação principal, a prestação de **serviços de auditoria de segurança (Pentest)**, de acordo com o definido no **Anexo I** do presente Caderno de Encargos.
2. Todos os relatórios de execução de serviço, parciais ou finais, apresentados pelo adjudicatário deverão conter referência às disposições regulamentares analisadas bem como o enquadramento para os desvios detetados e sugestões de melhoria propostas.
3. A título acessório, o adjudicatário fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à

prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

4. Constitui encargo do adjudicatário o transporte, deslocação de técnicos e materiais, assumindo os riscos inerentes ao serviço, nomeadamente, eventuais reparações provocadas por avarias ou acidentes e danos provocados a terceiros.

5. Na prestação de serviços objeto do presente contrato o adjudicatário obriga-se a cumprir com todos os requisitos legais exigidos no âmbito da segurança e saúde, bem como as normas de segurança internas da **ÁGUAS DO NORTE, S.A.**

Cláusula 6.ª

(Obrigações complementares)

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, neste caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o adjudicatário, as seguintes obrigações gerais:

   a) Executar os serviços que integram o objeto do contrato tal como descrito neste caderno de encargos, com absoluta subordinação aos princípios da ética profissional, isenção, independência, zelo e competência;

   b) Cumprir as condições fixadas para a execução dos serviços, tendo em conta todos as especificações e requisitos técnicos indicados na cláusula anterior e nos termos da legislação aplicável;

   c) Cumprir a legislação em vigor em todas as suas vertentes e dimensões.

   d) Sujeitar-se à ação fiscalizadora da **ÁGUAS DO NORTE, S.A.**;

   e) Prestar as informações que forem solicitadas pela **ÁGUAS DO NORTE, S.A.**;

   f) Afetar ao cumprimento da sua prestação contratual todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à perfeita, tempestiva e completa execução da prestação de serviços.

   g) Disponibilizar o número suficiente de técnicos com qualificação técnico-científica adequada, de forma a garantir uma correta prestação do serviço.

Cláusula 7.ª

(Forma da prestação de serviços)

1. A execução dos serviços será efetuada, sem prejuízo do disposto nas cláusulas anteriores, em função das necessidades da **ÁGUAS DO NORTE, S.A.** e em datas a acordar.

2. O adjudicatário elaborará e apresentará à **ÁGUAS DO NORTE, S.A.** os relatórios elencados no **Anexo I** do presente Caderno de Encargos.

Cláusula 8.ª

(Transferência da propriedade)

1. Os elementos apresentados pelo adjudicatário ao abrigo do contrato passam a integrar a propriedade da **ÁGUAS DO NORTE, S.A.**, incluindo os direitos autorais sobre todas as criações intelectuais abrangidas pelos serviços a prestar.
2. Pela cessão dos direitos a que alude o número anterior não é devida qualquer contrapartida para além do preço a pagar nos termos do presente caderno de encargos.

Cláusula 9.ª

(Conformidade e garantia técnica)

1. O adjudicatário fica sujeito, com as devidas adaptações e no que se refere aos elementos entregues à **ÁGUAS DO NORTE, S.A.**, em execução do contrato, às exigências legais, obrigações do adjudicatário e prazos respetivos aplicáveis aos contratos de aquisição de bens móveis, nos termos do Código do Contratos Públicos e demais legislação aplicável.

Subsecção II - Dever de sigilo

Cláusula 10.ª

(Objeto do dever de sigilo)

1. O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à **ÁGUAS DO NORTE, S.A.**, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 11.ª

(Prazo do dever de sigilo)

1. O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de cinco anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição

subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Cláusula 12.ª

(Proteção de dados pessoais e RGPD)

1. O adjudicatário obriga-se, durante a vigência do contrato e mesmo após a sua cessação, a não ceder, revelar, utilizar ou discutir, com quaisquer terceiros, todas e quaisquer informações e ou elementos que lhe hajam sido confiados pela **Águas do Norte, S.A.** ou de que tenha tido conhecimento no âmbito do contrato ou por causa dele.
2. Os dados pessoais a que o prestador de serviços tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela **Águas do Norte, S.A.** ao abrigo do contrato serão tratados em estrita observância das instruções desta empresa e da legislação de Proteção de Dados Pessoais, nomeadamente com o Regulamento Geral de Proteção de Dados Pessoais (RGPD - Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016)
3. O prestador de serviços compromete-se, designadamente, a não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou por qualquer outra forma colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela **Águas do Norte, S.A.** ao abrigo do contrato, sem que para tal tenha sido expressamente instruída, por escrito, pela **Águas do Norte, S.A.**.
4. O prestador de serviços aceita que a **Águas do Norte, S.A.** recorra a outras entidades subcontratadas exclusivamente com o intuito de prestar serviços a que o prestador de serviços não consiga dar resposta, sempre no âmbito das atribuições definidas pela **Águas do Norte, S.A.**
5. Caso o prestador de serviços subcontrate outras entidades (mediante prévia autorização escrita da **Águas do Norte, S.A.**, nos termos previstos no CCP) para a prestação de serviços previamente definidos pela **Águas do Norte, S.A.**, o prestador de serviços será o único responsável pela escolha das empresas subcontratadas, bem como por toda a atuação destas.
6. O prestador de serviços obriga-se a garantir que as empresas por esta subcontratadas cumprirão o disposto na LPDP e na demais legislação aplicável, nomeadamente com o Regulamento Geral de Proteção de Dados Pessoais (RGPD - Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016), devendo tal obrigação constar dos contratos escritos que a celebra com outras entidades por si subcontratadas.
7. O prestador de serviços obriga-se a cumprir rigorosamente o disposto na LPDP e demais legislação aplicável em matéria de tratamento de dados pessoais e nomeadamente a:

a) Utilizar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela **Águas do Norte, S.A.**, única e exclusivamente para efeitos da prestação dos serviços objeto deste contrato;

b) Observar os termos e condições constantes dos instrumentos de legalização respeitantes aos dados tratados;

c) Manter os dados pessoais estritamente confidenciais, cumprindo e garantindo o cumprimento do dever de sigilo profissional relativamente aos mesmos dados pessoais;

d) Cumprir quaisquer regras relacionadas com o tratamento de dados pessoais a que a **Águas do Norte, S.A.**, esteja especialmente vinculada, desde que tais regras lhe sejam previamente comunicadas;

e) Pôr em prática as medidas técnicas e de organização necessárias à proteção dos dados pessoais tratados por conta da **Águas do Norte, S.A.**, contra a respetiva destruição, acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizados, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos dados pessoais;

f) Prestar à **Águas do Norte, S.A.**, toda a colaboração de que esta careça para esclarecer qualquer questão relacionada com o tratamento de dados pessoais efetuado ao abrigo do contrato e manter a **Águas do Norte, S.A.**, informada em relação ao tratamento de dados pessoais, obrigando-se a comunicar de imediato qualquer situação que possa afetar o tratamento dos dados em causa ou que de algum modo possa dar origem ao incumprimento das disposições legais em matéria de proteção de dados pessoais ou dos termos do instrumento de legalização concedido pela Comissão Nacional de Proteção de Dados à **Águas do Norte, S.A.**;

g) Assegurar que os seus colaboradores cumprem todas as obrigações previstas no contrato;

h) Assegurar que as pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitas a adequadas obrigações legais de confidencialidade;

i) Adotar medidas de segurança previstas no artigo 32.º do RGPD, que assegurem a confidencialidade, a integridade, a disponibilidade e a resiliência dos sistemas e serviços que tratam dados pessoais e possuir um processo para testar, apreciar e avaliar regularmente a eficácia destas medidas;

j) Prestar a assistência necessária à **Águas do Norte, S.A.** no sentido de permitir que esta cumpra a obrigação de dar resposta aos pedidos dos titulares dos dados tendo em vista o exercício dos Direitos previstos no RGPD, nomeadamente o direito de acesso do titular aos seus dados pessoais, direito de retificação e direito ao apagamento dos dados.

k) Garantir mecanismos de notificação efetivos em caso de violação de dados pessoais;

l) Disponibilizar as informações necessárias para demonstrar o cumprimento do RGPD, bem como colaborar com auditorias ou inspeções, conduzidas pela **Águas do Norte, S.A.** ou por outro auditor por este mandatado.

8. O prestador de serviços será responsável por qualquer prejuízo em que a **Águas do Norte, S.A.**, venha a incorrer em consequência do tratamento, por parte do mesmo e/ou dos seus colaboradores, de dados pessoais em violação das normas legais aplicáveis e/ou do disposto no contrato.

9. Para efeitos do disposto no n.º 8 e na alínea g) do n.º 7 da presente cláusula, entende-se por "colaborador" toda e qualquer pessoa singular ou coletiva que preste serviços ao adjudicatário/prestador de serviços, incluindo, designadamente, representantes legais, trabalhadores, prestadores de serviços, procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo jurídico estabelecido entre o adjudicatário e o referido colaborador.

10. A obrigação de sigilo prevista na alínea d) do número 7 da presente cláusula mantém-se mesmo após a cessação do contrato, independentemente do motivo porque ocorra.

Cláusula 13.ª

(Interoperabilidade digital)

1. O adjudicatário obriga-se a executar o contrato em conformidade com as normas abertas:

   i. Lei n.º 36/2011, de 21 de junho - Adoção de normas abertas nos sistemas informáticos do Estado;
   ii. RCM n.º 91/2012, de 8 de novembro - Regulamento Nacional de Interoperabilidade Digital.

Secção II - Obrigações da ÁGUAS DO NORTE, S.A.

Cláusula 14.ª

(Preço contratual)

1. Pela prestação de serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a **ÁGUAS DO NORTE, S.A.** deve pagar ao adjudicatário os preços unitários constantes da proposta, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido, sem prejuízo do disposto no número seguinte.

2. O preço total é estimado, por ser variável em função das quantidades de serviços efetivamente realizados, razão pela qual a **ÁGUAS DO NORTE, S.A.** apenas pagará os serviços que venham a ser real e efetivamente prestados, por aplicação dos preços

unitários previstos para os tipos de trabalho indicados às intervenções efetivamente realizadas.

3. As quantidades apresentadas no presente de Caderno de Encargos, são meramente indicativas, destinando-se, essencialmente, à determinação do preço total estimado.

4. Caso venha a verificar-se que o valor dos serviços efetivamente prestados é menor do que o valor correspondente às quantidades estimadas apresentadas nas Cláusulas deste Caderno Encargos, o adjudicatário não terá direito a qualquer indemnização ou compensação, sem prejuízo do disposto no n.º 1 do artigo 381.º, aplicável de acordo com n.º 6 do artigo 454.º, ambos do CCP.

5. O preço referido nos números anteriores inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à **ÁGUAS DO NORTE, S.A.**, nomeadamente os relativos aos meios humanos e materiais, alimentação, transporte, armazenamento e manutenção, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

6. Não haverá lugar à revisão de preços durante o prazo de execução contratual e eventuais renovações se as houver.

Cláusula 15.ª

(Condições de pagamento)

1. As quantias devidas pela **Águas do Norte, S.A.**, nos termos da cláusula anterior, devem ser pagas no prazo de 30 dias após a receção pela **Águas do Norte, S.A.** das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.

2. Em caso de discordância por parte da **Águas do Norte, S.A.**, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o adjudicatário obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

Cláusula 16.ª

(Erros e omissões do caderno de encargos)

1. O Adjudicatário deve, no prazo de 60 dias contados da data da celebração do contrato, reclamar sobre a existência de erros ou omissões do caderno de encargos, salvo dos que só sejam detetáveis durante a execução do contrato, sob pena de ser responsável por suportar metade do valor dos serviços complementares de suprimento desses erros e omissões.

2. O Adjudicatário é ainda responsável pelos serviços complementares que se destinem ao suprimento de erros e omissões que, não podendo objetivamente ser detetados na fase

de formação do contrato, também não tenham sido por ele identificados no prazo de 30 dias a contar da data em que lhe fosse exigível a sua deteção.

3. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, caso os erros ou omissões decorram do incumprimento de obrigações de conceção assumidas por terceiros perante a **Águas do Norte, S.A.**:

   a) Deve a **Águas do Norte, S.A.** exercer obrigatoriamente o direito que lhe assista de ser indemnizado por parte destes terceiros;

   b) Fica o Adjudicatário sub-rogado no direito de indemnização que assiste à **Águas do Norte, S.A.** perante esses terceiros até ao limite do montante que deva ser por si suportado em virtude do disposto dos n.ºs 1 e 2 da presente Cláusula.

Cláusula 17.ª

(Acompanhamento e controlo do contrato)

1. Para o acompanhamento da execução do contrato, a **ÁGUAS DO NORTE, S.A.** poderá requerer ao Adjudicatário reuniões de acompanhamento à execução do contrato.
2. Todos os relatórios, registos, comunicações, e demais documentos elaborados pelo Adjudicatário devem ser integralmente redigidos em português.
3. O adjudicatário obriga-se a dispor de um responsável pela execução do contrato.
4. Após a assinatura do contrato, o adjudicatário informará, por escrito, o nome do responsável, indicando a sua qualificação técnica e, ainda, se o mesmo pertence ou não ao seu quadro técnico legal.
5. As ordens, avisos e notificações que se relacionem com os aspetos técnicos da execução dos serviços poderão ser dirigidos diretamente ao seu responsável.
6. O adjudicatário deverá assegurar os meios indispensáveis para o estabelecimento de uma comunicação eficaz entre os seus agentes através da atribuição de um telemóvel, facultando o respetivo número à **ÁGUAS DO NORTE, S.A.**.
7. Em complemento dos meios de comunicação móveis, deverá ainda dispor de ligação à rede fixa com os meios indispensáveis para o estabelecimento de comunicação compatível entre a **ÁGUAS DO NORTE, S.A.** e o adjudicatário. É igualmente obrigatório dispor de meios que permitam a comunicação por correio eletrónico.

Cláusula 18.ª

(Seguros e Encargos Sociais)

1. Seguro de Responsabilidade Civil

   a) O adjudicatário subscreverá em seu próprio nome e de todos os eventuais contratados e trabalhadores independentes, uma apólice de seguro onde serão

indemnizadas, em caso de sinistro, as perdas e/ou danos de caráter patrimonial e não patrimonial, causados a terceiros em geral e à **ÁGUAS DO NORTE, S.A.** em particular, em consequência da execução da presente prestação de serviços, cuja responsabilidade civil legal de natureza extracontratual pelo dano causado seja imputável a qualquer das entidades seguras na apólice, por si isoladamente ou de forma solidária;

b) Para todos os efeitos deste seguro, deverá constar nas Condições Particulares da Apólice que a entidade adjudicante será sempre considerada terceira, independentemente da sua relação jurídica com o tomador do seguro;

c) O Adjudicatário é obrigado a contratar um seguro de responsabilidade civil que garanta a cobertura dos riscos e danos direta ou indiretamente emergentes da sua atuação no valor mínimo de 50.000,00 EUR, por sinistro e anuidade.

2. Seguro de Acidentes de Trabalho

a) O Adjudicatário ficará responsável pelo pagamento de todos os encargos sociais estabelecidos na lei a todo o seu pessoal.

b) O Adjudicatário obriga-se a efetuar apólices de seguro que cobrirão acidentes de trabalho e doenças profissionais, bem como a mantê-las válidas até à conclusão do contrato, nos termos da legislação em vigor.

3. O Adjudicatário obriga-se ainda a segurar os meios de transporte que sejam empregues na Aquisição de serviço, bem como todas as pessoas nelas transportadas na qualidade de passageiros, seja quem for, estas últimas.

4. Os encargos referentes aos seguros impostos por este Caderno de Encargos, bem como qualquer dedução efetuada pela Seguradora a título de franquia, em caso de sinistro indemnizável, serão por conta do Adjudicatário.

5. A **ÁGUAS DO NORTE, S.A.** pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos na presente cláusula, devendo o Adjudicatário fornecê-la no prazo 5 (cinco) dias.

Capítulo III - Penalidades contratuais e resolução

Cláusula 19.ª

(Penalidades contratuais)

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a **ÁGUAS DO NORTE, S.A.** pode exigir do adjudicatário o pagamento de uma pena pecuniária, que pode ser

cumulada com outras cujos pressupostos se mostrem verificados, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:

a) Pelo incumprimento na realização de algum dos serviços indicados na cláusula 5.ª deste caderno de encargos, 10% do valor do contrato;

b) Pelo incumprimento na realização de algum dos serviços indicados no Anexo I, 10% do valor do contrato;

c) Pelo incumprimento na realização de algum dos serviços indicados na cláusula 6.ª, 10% do valor do contrato;

2. A aplicação das sanções pecuniárias previstas no número anterior não pode exceder o valor acumulado de 20% do preço contratual.

3. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do adjudicatário, a **ÁGUAS DO NORTE, S.A.** pode exigir-lhe uma pena pecuniária de até 20% do preço contratual.

4. Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo adjudicatário ao abrigo das alíneas previstas no n.º 1, que tenham determinado a respetiva resolução.

5. Na determinação da gravidade do incumprimento, a **ÁGUAS DO NORTE, S.A.** tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do adjudicatário e as consequências do incumprimento.

6. A **ÁGUAS DO NORTE, S.A.** pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as sanções pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula, sem prejuízo da possibilidade, alternativa ou combinada, da mobilização das garantias prestadas.

7. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a **ÁGUAS DO NORTE, S.A.** exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 20ª

(Força maior)

1. Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3. Não constituem força maior, designadamente:

   a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do adjudicatário, na parte em que intervenham;

   b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;

   c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;

   d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;

   e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;

   f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;

   g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 21.ª

(Resolução por parte da ÁGUAS DO NORTE, S.A.)

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, a **ÁGUAS DO NORTE, S.A.** pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:

   a) Incumprimento, cumprimento deficiente ou mora no cumprimento de alguma das obrigações compreendidas no presente contrato e que coloquem em crise o normal e adequado funcionamento da instalação;

   b) Declaração do adjudicatário em como não cumprirá alguma obrigação inscrita no presente caderno de encargos e da qual resulte perda do interesse da **ÁGUAS DO NORTE, S.A.** na prestação contratual.

2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao adjudicatário e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pela **ÁGUAS DO NORTE, S.A.**

Cláusula 22.ª

(Incumprimento imputável à ÁGUAS DO NORTE, S.A.)

1. Se a **ÁGUAS DO NORTE, S.A.** praticar ou der causa a facto de onde resulte maior dificuldade na execução do contrato, com agravamento dos encargos respetivos, o adjudicatário tem direito à reposição do equilíbrio financeiro do contrato, nos termos e com os efeitos do disposto nos n.ºs 2 e 3 do artigo 282.º do CCP, que constitui disciplina do presente caderno de encargos.

Cláusula 23.ª

(Responsabilidades)

1. O adjudicatário é responsável por todos os danos causados às e nas instalações da **ÁGUAS DO NORTE, S.A.**, a título culposo ou objetivo, que resultem causalmente da sua prestação contratual, ficando constituído na obrigação de indemnizar, aplicando-se o disposto na alínea b), do n.º 1, do artigo 296.º do *Código dos Contratos Públicos*.

Capítulo IV - Resolução de litígios

Cláusula 24.ª

(Foro competente)

1. Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela, com expressa renúncia a qualquer outro.

Capítulo V - Disposições Finais

Cláusula 25.ª

(Regulamentos dos fornecedores)

1. O Regulamento dos Fornecedores da Águas do Norte, S.A. disponível no site da Águas do Norte, S.A. http://www.adnorte.pt/index.php?id=109 deverá ser integralmente cumprido. Neste Regulamento consta a documentação que deverá ser apresentada, antes de início dos trabalhos e na sua execução.

Cláusula 26.ª

(Cessão da posição contratual e Subcontratação)

1. A **ÁGUAS DO NORTE, S.A.** pode, a todo o tempo, e mediante mera notificação escrita ao adjudicatário, ceder a sua posição contratual.
2. A cessão e a subcontratação pelo adjudicatário carece de autorização prévia e escrita da **ÁGUAS DO NORTE, S.A.,** sendo admitida nos termos dos artigos do Capítulo VI do CCP.
3. Verificando-se o incumprimento, pelo adjudicatário das suas obrigações assumidas com a celebração do contrato, que preencham os requisitos da resolução do contrato, a **ÁGUAS DO NORTE, S.A.** pode, em alternativa à resolução do contrato, ordenar a cedência da posição contratual do adjudicatário ao(s) concorrente(s) do procedimento pré-contratual que precedeu a celebração do contrato em execução, pela ordem sequencial daquele procedimento.
4. Para o efeito previsto na parte final do número anterior, a **ÁGUAS DO NORTE, S.A.** interpela, gradual e sequencialmente, os concorrentes que participaram no procedimento pré-contratual original, de acordo com a respetiva classificação final, a fim de concluir um novo contrato para a adjudicação da conclusão dos serviços.
5. A execução do contrato ocorre nas mesmas condições já propostas pelo cedente no procedimento pré-contratual original.
6. A cessão da posição contratual opera por mero efeito de ato da **ÁGUAS DO NORTE, S.A.**, sendo eficaz a partir da data por este indicada.
7. Os direitos e obrigações da **ÁGUAS DO NORTE, S.A.**, desde que constituídos em data anterior à da notificação do ato referido no número anterior, transmitem-se automaticamente para o cessionário na data de produção de efeitos daquele ato, sem que este a tal se possa opor.

8. As obrigações assumidas pelo cocontratante depois da notificação referida no n.º 6 desta cláusula apenas vinculam a entidade cessionária quando este assim o declare, após a cessão.

9. A caução e as garantias prestadas pelo cedente são objeto de redução na proporção do valor das prestações efetivamente executadas e são liberadas 6 (seis) meses após a data da cessão, ou, no caso de existirem obrigações de garantia, após o final dos respetivos prazos, mediante comunicação dirigida pela **ÁGUAS DO NORTE, S.A.** aos respetivos depositários ou emitentes.

10. A posição contratual do cedente nos subcontratos por si celebrados transmite-se automaticamente para a entidade cessionária, salvo em caso de recusa por parte desta.

Cláusula 27.ª

(Comunicações e notificações)

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do *Código dos Contratos Públicos*, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 28.ª

(Contagem dos prazos)

1. Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 29.ª

(Legislação aplicável)

1. O contrato é regulado pela legislação portuguesa.

ANEXO I – DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS OBJETO DO CONTRATO

A. Enquadramento

As Organizações têm hoje os seus processos e dados de negócio integralmente suportados em sistemas e tecnologias de informação, sendo que muitos desses processos são disponibilizados externamente a colaboradores, clientes, fornecedores e outras entidades através da Internet.

Este tipo de realidade expõe as organizações aos mais variados tipos de riscos e ameaças, induzidas pela existência de vulnerabilidades nos sistemas e aplicações que, quando exploradas com sucesso, provocam elevadíssimos custos de reposição de capital através de ações fraudulentas e penalizações legais. É sobretudo este último aspeto das penalizações legais, com um quadro legislativo extraordinariamente penalizador, que tem vindo a obrigar as Organizações a rever profundamente questões com a segurança da informação.

Concetualmente, um sistema será tão mais seguro quanto melhor forem conhecidas as suas fraquezas, antes que sejam exploradas por atacantes mal-intencionados que poderão obter ou danificar irremediavelmente informação sensível e valiosa ou executar ações fraudulentas.

Importa por isso detetar eventuais fraquezas (vulnerabilidades) dos sistemas e corrigi-las atempadamente, ao mesmo tempo que são reavaliados os respetivos controlos implementados, reduzindo progressivamente a superfície de risco pela exposição dos sistemas de informação. Paralelamente, realça-se a necessidade de realizar este tipo de ações periodicamente já que a permanente introdução de novas tecnologias, para fazer face às novas exigências de um mercado cada vez mais competitivo, introduz também novas vulnerabilidades, ao mesmo tempo que aqueles que se dedicam ao cibercrime continuam a sua incessante pesquisa de nova vulnerabilidade e respetivas formas da sua exploração (em sistemas novos ou já existentes).

Em resumo, a realização de auditorias regulares de segurança aumentará o autoconhecimento do estado da rede, dos sistemas e das aplicações, identificando as suas vulnerabilidades e apresentando recomendações de correção, permitindo ao mesmo tempo detetar possíveis pontos de falha e planear futuras implementações de evolução com aumento das suas defesas.

B. Objetivos

Os serviços de auditoria objeto do presente contrato visam avaliar a segurança da informação na rede de dados, infraestrutura de sistemas e aplicações da Águas do Norte, S.A, identificando as suas vulnerabilidades, potenciais danos e formas de mitigação, apoiando consequentemente a Águas do Norte, S.A na melhoria progressiva dos seus níveis de segurança.

De forma resumida, pretende-se a prestação de serviços de auditoria de Cibersegurança, numa abordagem Ethical Hacking, na seguinte vertente e contexto:

- *Pentest* interno e externo, que conste na identificação de diversos tipos de vulnerabilidade e na realização de testes de intrusão, de forma otimizar as políticas de segurança.

No final de cada *pentest* deve ser entregue um relatório onde estarão enumeradas e classificadas as vulnerabilidades detetadas, segundo o grau de risco. Deverão também ser apresentadas recomendações com vista à sua mitigação, onde se possa concluir sobre o estado de "maturidade" dos serviços e analisar-se a respetiva evolução.

C. Fases da Auditoria

Estima-se a necessidade de realizar duas *pentest* anuais (semestrais), interno e externo, contemplando cerca de cinco dias para cada um dos serviços. Em cada *pentest* deve ser identificado previamente o respetivo impacto de todas as tarefas, sendo que não devem ser previstas paragens de serviço superiores a 2 duas horas.

D. Ferramentas utilizadas

Na concretização das auditorias, o fornecedor dever utilizar técnicas de análise fundamentalmente manuais, suportadas numa framework que interliga um conjunto alargado de tecnologias, ferramentas e técnicas que visam a sistematização de um conjunto de validações. O fornecedor deve indicar na proposta e antes de cada auditoria as ferramentas que poderão ser utilizadas no decorrer dos testes, sem prejuízo da inclusão de outras que considerem pertinentes no decurso dos trabalhos e com vista à obtenção dos objetivos previstos.

E. Horário de Execução dos serviços

Os serviços previstos serão realizados em horário laboral, salvo em situações excecionais, cujas tarefas tenham impacto relevante na infraestrutura da Águas do Norte.

F. Serviços Profissionais para Realização de Levantamento de Vulnerabilidades na Infraestrutura Interna | Especificações Técnicas

1) Âmbito

No âmbito do presente procedimento a proposta deverá considerar o fornecimento de **Serviços Profissionais para Realização de Levantamento de Vulnerabilidades na Infraestrutura Interna,** vulgarmente designada por ***Assessment***. O seu fornecimento tem por objetivo uma análise do estado de maturidade da infraestrutura da Águas do Norte, S.A., garantindo o cumprimento dos objetivos definidos, bem como a apresentação de um relatório das atividades efetuadas.

2) Enquadramento e Dimensionamento

A solução a fornecer deverá permitir à Águas do Norte, S.A aferir o grau de exposição, no que a vulnerabilidades se refere, dos sistemas e infraestrutura interna, contemplando, no mínimo, as seguintes fases:

- Reconhecimento;
- Scan & Enumeração;
- Acesso & Testes (automatizados e manuais);
- Relatório & Apresentação.

A solução apresentada "projeto chave na mão" deve incluir os serviços profissionais e licenciamento, caso necessário, que permita garantir o seguinte âmbito:

- Levantamento e análise, no mínimo, de 80 VLAN;
- Levantamento e análise, no mínimo, de 30 Aplicações;
    - Autenticação (AD e Rede);
    - Políticas de acesso a bases de dados de negócio;
    - Política de proteção de posto de trabalho;
    - Política de firewall externa e Interna.
- Prever uma análise, no mínimo, de 4 Redes Wifi (SSIDs);
- Exploração de vulnerabilidades de forma automatizada e manual;
- Relatório com lista de vulnerabilidades encontradas e recomendações;
- Apresentação de resultados (remota).

O serviço a fornecer tem como modelo um Assessment – Tipo WhiteBox, ou seja, a entidade

fornecedora terá acesso a toda a informação existente na organização.

3) Requisitos do serviço

No âmbito dos serviços objeto do contrato, a proposta deve contemplar as seguintes atividades de *assessment* com recurso a técnicas de *WhiteBox* divididas pelos seguintes conjuntos de tarefas, no mínimo:

Âmbito da Auditoria (*Assessment*)			
Avaliações		Infraestrutura	Aplicações
Reconhecimento	Análise de DNS	☐	☐
	Recolha de informação passiva	☐	☐
	Análise de Informação	☐	☐
	Análise na Dark Web	☐	☐
Scan e Enumeração	Scan dos Servidores e Sistemas	☐	X
	Recolha de Cabeçalhos	☐	X
	Verificação de Vulnerabilidades Conhecidas	☐	☐
	Scan Automático de Vulnerabilidades	☐	☐
	Scan Manual de Vulnerabilidades	☐	☐
	Scan do Posto de Trabalho (amostragem)	☐	☐
Acesso	Ataques Brute Force	☐	☐
	Validação e Exploração Manual de Vulnerabilidades	☐	☐
	Pós-exploração e Escalamento de Privilégios	☐	x
	Validação de Permissões	☐	x
	Enumeração Interna e Execução de Movimentos Laterais	☐	x
Relatório	Relatório de Procedimentos e de Descobertas	☐	☐
	Sugestões de Mitigação de Vulnerabilidades	☐	☐
	Recomendações Adicionais	☐	☐

O foco destas atividades será a deteção de vulnerabilidades presentes no TOP 10 OWASP de 2021, visto serem estes os ataques com maior risco em aplicações Web.

G. Serviços Profissionais para Realização de Testes de Intrusão na Infraestrutura Publicada | Especificações Técnicas

1) Âmbito

No âmbito do presente procedimento a proposta deverá considerar o fornecimento de **Serviços Profissionais para Realização de Testes de Intrusão na Infraestrutura Publicada,** vulgarmente designada por *pentest*. O seu fornecimento tem por objetivo uma análise do estado de maturidade da infraestrutura da Águas do Norte, S.A**.,** garantindo o cumprimento dos objetivos definidos, bem como a apresentação de um relatório das atividades efetuadas.

2) Enquadramento e Dimensionamento

A solução a fornecer deverá permitir à Águas do Norte, S.A aferir o grau de exposição, no que a vulnerabilidades se refere, dos serviços publicados, contemplando no mínimo as seguintes fases:

- Reconhecimento;
- Scan & Enumeração;
- Acesso & Testes (automatizados e manuais);
- Relatório & Apresentação.

A solução apresentada "projeto chave na mão" deve incluuir os serviços profissionais e licenciamento, caso necessário, que permita garantir o seguinte âmbito:

- Testar, no mínimo, 16 IPs Públicos;
- Testar, no mínimo, 2 URLs (Sites);
- Prever uma análise, no mínimo, de 1 Rede Wifi (SSIDs);
- Exploração de vulnerabilidades de forma automatizada e manual;
- Relatório com lista de vulnerabilidades encontradas e recomendações;
- Apresentação de resultados (remota);

O serviço a fornecer tem como modelo um Pentest – Tipo BlackBox, ou seja, a entidade fornecedora apenas terá acesso a informação estritamente necessária pro o fornecimento do serviço, que neste caso se resume a uma listagem de IPs e de URLs/Sites.

3) Requisitos do serviço

No âmbito dos serviços objeto do contrato, a proposta deve contemplar as seguintes atividades de *pentest* com recurso a técnicas de *BlackBox* divididas pelos seguintes conjuntos de tarefas, no mínimo:

- Reconhecimento:
    - Análise e recolha de informação, baseada em DNS, endereçamento IP e registos públicos;
    - Análise de informação de cliente divulgada na Dark Web, baseada em IP e registos públicos.
- Scan & Enumeração:
    - Scan de portos nos endereços IP disponibilizados;
    - Aplicação de técnicas de recolha de cabeçalhos;
    - Verificação de vulnerabilidades conhecidas, para fabricantes e versões de equipamentos firewall, network e/ou servidores, com base em informação disponibilizada pelo cliente;
    - Scan automático de vulnerabilidades conhecidas;
    - Análise e verificação manual de vulnerabilidades, na infraestrutura e aplicações.
- Acesso & Testes:
    - Ataques de *brute-force*;
    - Validação e exploração manual de vulnerabilidades;
    - Técnicas de pós-exploração e de escalamento de privilégios;
    - Validação de permissões;
    - Enumeração interna e viabilidade de execução de movimentos laterais.
- Relatório:
    - Relatório de alto-nível contendo os procedimentos utilizados e descobertas efetuadas;
    - Reporte de vulnerabilidades identificas e sugestões de mitigação das mesmas;
    - Recomendações.
    - Apresentação de resultados.

O foco destas atividades será a deteção de vulnerabilidades presentes no TOP 10 OWASP de 2021, visto serem estes os ataques com maior risco em aplicações Web.

H. Perfil do Adjudicatário

O Adjudicatário deve dispor de um conjunto alargado de competências em tecnologias existentes. Para aferir as competências, o Adjudicatário deve possuir certificações, válidas à data da apresentação da proposta, de pelo menos os seguintes fabricantes e no mínimo com um dos seguintes estatutos:

- Check Point - 4 Star Partner, ou
- Fortinet - Expert Partner, ou
- Cisco - Select Certified Partner, ou
- Microsoft - GOLD Partner – opcional, ou
- F5 Networks - Silver Partner

Paralelamente, o Adjudicatário deverá possuir pelo menos 1 (um) auditor certificado, nos quadros da empresa, com pelo menos uma das seguintes **competências técnicas** nas principais áreas, a saber:

- Técnico certificado em tecnologia CheckPoint ou;
- Técnico certificado em tecnologia F5 ou;
- Técnico certificado em tecnologia HPE –ou;
- Técnico certificado em tecnologia Cisco ou;
- Técnico certificado em tecnologia VMWare ou;
- Técnico certificado em tecnologia Microsoft

O Adjudicatário deverá possuir, obrigatoriamente, pelo menos 1 (um) auditor certificado:

- Técnico certificado - C|EH Certified Ethical Hacker (EC Council)

O Adjudicatário deve ter também, pelo menos, as **acreditações de segurança**, válidas à data da apresentação da proposta, com o grau SECRETO, certificando a sua idoneidade e confiabilidade para aceder, manusear, deter e guardar informação classificada para a marca NACIONAL com o grau SECRETO.

O Adjudicatário deve ainda integrar uma rede de CSIRT, nomeadamente a Rede Nacional de CSIRT que coordena a resposta a incidentes em entidades públicas, operadores de serviços essenciais e de infraestruturas críticas nacionais e prestadores de serviços digitais.